

BANCOS ENROLAM E PROPOSTA SERÁ APRESENTADA NO DIA 7

Dirigentes sindicais bancários de todo o Brasil se deslocaram para São Paulo, na quarta-feira (1º), com a expectativa de receber e debater a proposta que a Fenaban havia se comprometido a apresentar para a Campanha Nacional Unificada 2018. Os bancos, no entanto, não cumpriram o compromisso e anunciaram que uma proposta global, inclusive com índice de reajuste, será apresentada na próxima rodada de negociação marcada para a terça-feira (7).

Sindicato conclama sua base para **assembleia de avaliação da proposta na quinta-feira (9)**.

MOBILIZAÇÃO É FUNDAMENTAL PARA GARANTIR DIREITOS

“É importante que a categoria continue mobilizada na defesa de seus direitos e participe das atividades que o Sindicato tem chamado. Informe-se pelos veículos de comunicação comprometidos com a defesa dos direitos.

Além do site (bancariosdecanduva.com.br), o Sindicato mantém à disposição dos bancários uma página no Facebook e no Twitter. Temos ainda WhatsApp (17 99259-1987), em que você pode se cadastrar para receber notícias - salve o número e mande uma mensagem com seu nome, cidade e o banco onde você trabalha.

AS REIVINDICAÇÕES E AS RESPOSTAS DOS BANCOS

AUMENTO REAL

Os bancários cobram reposição total da inflação mais aumento real para salários e demais verbas, como VA e VR. A inflação projetada está em 3,88%, com expectativa de alta. Os bancos apresentarão proposta no dia 7.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

Os bancos querem manter a regra atual da PLR, (que prevê o pagamento de 90% do salário-base mais R\$ 2.243,58, limitado a R\$ 12.035,71). Se o total distribuído a todos os funcionários não atingir 5% do total do lucro líquido de 2016, o valor individual deverá ser majorado até alcançar 2,2 salários, limitado a R\$ 26.478,55, ou até que se atinja os 5%. Diante do enorme lucro do setor, os bancários querem rediscutir o formato, de maneira que os trabalhadores recebam uma parcela maior do resultado que ajudam a alcançar. O assunto voltará à pauta na próxima semana.

14º SALÁRIO

Os trabalhadores reivindicam o pagamento do 14º salário a todos os empregados, inclusive os afastados e os que saírem do banco no ano em que for creditado. Para a Fenaban, não há espaço para isso porque consideram já haver vários “benefícios” para os bancários, que na realidade são direitos conquistados pelos trabalhadores na luta.

PISO

Outro ponto da pauta dos bancários é o piso de R\$ 3.747,10 (correspondente ao salário mínimo do Dieese). Os bancos acham difícil mexer no valor pago atualmente, mas devem apresentar proposta na próxima semana.

PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS (PCS)

Outra reivindicação é a adoção de um Plano de Cargos e Salários, elaborado com a participação de sindicatos. Para a Fenaban, no entanto, não dá para regradar tudo. Os bancários defenderam a importância do PCS diante das mudanças unilaterais feitos pelos bancos, como a alteração de jornada para oito horas de 80% dos bancários de instituições públicas.

TELETRABALHO

Os bancos informaram que pretendem apresentar uma proposta de teletrabalho na semana que vem, com base no modelo do Judiciário que tem como condição produtividade 15% maior para os trabalhadores que quiserem atuar nessa modalidade. Os representantes dos bancários protestaram dizendo isso não cabe para todos, que as metas dos bancários já são altas. E que se os bancos querem se equiparar com o Judiciário poderiam pagar auxílio-moradia, auxílio-educação.

Segundo a Fenaban, o TST recomenda que a jornada deve começar depois das 6h e terminar até as 22h. Os dirigentes sindicais cobraram o respeito à jornada da categoria, de seis horas, e a utilização de equipamentos dos bancos.

SALÁRIO DO SUBSTITUTO E ISONOMIA SALARIAL

Os bancários reivindicam que, ainda que de caráter provisório, seja garantido ao empregado substituto o mesmo salário do substituído, e efetivação na função caso o período seja superior a 90 dias. A Fenaban afirmou que substituir é um aprendizado, que é difícil de fazer esse pagamento e precisam analisar para apresentar uma proposta. Os bancários argumentaram que há casos de substituição de muito tempo e que os cargos trazem responsabilidades sem a devida remuneração.

PARCELAMENTO DO ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

Outra reivindicação é que o adiantamento das férias possa ser devolvido em até 10 parcelas iguais e sucessivas, a partir do mês subsequente ao do crédito, sem acréscimo de juros ou correções. A Fenaban informou que vai refletir sobre o pedido.

VALES REFEIÇÃO, ALIMENTAÇÃO, 13ª CESTAS

Os bancários reivindicam vales refeição, alimentação e 13ª cesta no valor de R\$ 954 mensais. Inclusive nos períodos de licença-maternidade, paternidade e adoção, gozo de férias e nos afastamentos por doença de qualquer natureza ou acidente de trabalho. Os bancos devem apresentar proposta de valores na próxima semana.

AUXÍLIO CRECHE/AUXÍLIO BABÁ

Os representantes dos bancários reforçaram a importância de reajustar o direito para que os pais possam trabalhar com tranquilidade. O valor reivindicado é de um salário mínimo mensal (atualmente em R\$ 954) para cada filho, inclusive os adotados, dependentes com guarda provisória e enteados, até a idade de 12 anos. Os bancários argumentaram que o atual valor, de R\$ 434, é muito baixo e não é possível atender à necessidade dos trabalhadores.

AUXÍLIO EDUCACIONAL

Outro ponto da pauta da categoria é o pagamento de bolsas de estudo pelos bancos para ensino médio, graduação ou pós-graduação. Dentre os bancos que compõem a mesa, somente o Bradesco não paga.

VALE-CULTURA

Os bancários cobram que seja restituído o vale-cultura retirado pelo governo golpista. Mais um direito retirado, apesar do compromisso de manutenção, assumido junto aos representantes dos trabalhadores. Pago a todos os empregados, inclusive os afastados por problemas de saúde, até o último dia útil do mês, a reivindicação é de R\$ 153,91, na forma de cartão magnético, para compra de ingressos para peças teatrais, cinema, shows, musicais, bem como para outros espetáculos artísticos. A Fenaban voltou a falar em tributação e que não há segurança jurídica para pagar fora da legislação que não prevê mais esse direito.

REGULAMENTAÇÃO DA REMUNERAÇÃO TOTAL

O Comando informou que quer discutir a remuneração total para que não haja redução ou substituição de contratos pelas formas de precarização previstas na lei trabalhista do pós-golpe. A Fenaban informou que até agora os bancos não aplicaram nenhuma nova forma e que não há movimento nesse sentido. Mas não se comprometeram a assinar.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Os bancários cobram dos bancos a promoção de políticas para eliminar desigualdades e discriminações por motivos de raça, cor, gênero, idade ou orientação sexual (LGBTQ) nos locais de trabalho e promover a equidade. Também é reivindicado que novas contratações nos bancos observem essa diversidade, assim como na estrutura hierárquica e administrativa da empresa. O respeito à identidade visual dos empregados, às suas características físicas e expressão de sua personalidade é outra reivindicação dos bancários. Os dirigentes sindicais deram vários exemplos do que acontece hoje nas instituições financeiras, como a proibição do uso de barba ou a recomendação de que mulheres usem roupas que ajudem nas vendas. Os representantes dos bancos consideraram os exemplos importantes para o debate e para apresentar algo sobre o assunto. Os bancários apresentaram pesquisa que demonstra ser o machismo (61%) o preconceito mais arraigado na sociedade, seguido pelo racismo (46%), LGBTfobia (44%) e gordofobia (30%), para contextualizar o momento que o país está vivendo e que interfere no mercado de trabalho com dificuldade de ascensão profissional. Os bancários cobraram a realização de um novo censo para reavaliar o quadro e retomar os debates sobre o tema na mesa bipartite de igualdade de oportunidades. E apontaram o momento oportuno para campanhas de orientação e formação de gestores, inclusive sobre casos de assédio sexual. O assunto deve ser retomado na próxima rodada de negociação.

CAIXA SEGUE FENABAN E NÃO TRAZ PROPOSTAS PARA AS REIVINDICAÇÕES DOS EMPREGADOS



A Caixa Econômica Federal não apresentou propostas para as reivindicações dos empregados durante a mesa de negociação com a Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa), realizada na quinta-feira (2), em São Paulo. Todos os itens discutidos foram norteados pela cobrança da manutenção do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) específico dos empregados do banco.

A mesa de apresentação de proposta do banco foi marcada para o dia 7, na sequência da esperada mesa de negociação entre a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) com o Comando Nacional dos Bancários.

Em decorrência do feriado municipal na quarta (8), bancários de Catanduva e Região participarão de assembleia no dia 9, quinta-feira, para avaliação da contra proposta.

CONFIRA AS REIVINDICAÇÕES DOS BANCÁRIOS E AS RESPOSTAS DO BANCO:

PLR E PLR SOCIAL

Os empregados cobraram a garantia da PLR e da PLR Social. Para o coordenador da CEE/Caixa, Dionisio Reis, é inadmissível que o acordo não abranja a todos e que resguarde contra os abusos da nova lei trabalhista. “É inadmissível que o acordo tenha restrição das cláusulas que já estão consignadas.” O banco não garantiu o direito mantendo a limitação imposta pelo governo.

SAÚDE CAIXA

A Caixa afirmou que irá aplicar a resolução 23 da CGPAR e não garantiu a manutenção do modelo Saúde Caixa, da forma que foi criado. “A resolução afeta não apenas o plano de saúde dos empregados da Caixa, mas de todas as empresas públicas. Defendemos o Saúde Caixa no acordo coletivo no modelo que ele foi construído historicamente pelos empregados na mesa de negociação”, afirmou Dionisio Reis.

CONTRATAÇÕES E VEDAÇÃO DO DESCOMISSIONAMENTO DE GESTANTES

A CEE cobrou da Caixa o fim dos descomissionamentos de gestantes e a contratação de mais empregados. “Requeremos uma vedação para não descomissionamento da gestante e a segurança, para que, após a volta ao trabalho, ela possa ter mais 6 meses de garantia para não ter o descomissionamento da função”, afirmou o coordenador da CEE/Caixa.

A situação de sobrecarga de trabalho nas agências é preocupante. Hoje os bancários sofrem com muita sobrecarga, a redução dos empregados faz com que as unidades se tornem ambientes cada vez mais adoecedores. O banco não apresentou proposta para ambas as reivindicações e indicou a possibilidade de contratar terceirizados para atividade fim.

BANCÁRIO TEMPORÁRIO

A revogação do RH 037 mais uma vez esteve em pauta na mesa de negociação, porém, novamente, a resposta da Caixa foi negativa à reivindicação. O normativo, que passou por atualização em agosto de 2017 para se adequar à Lei da Terceirização, permite a contratação de trabalhadores temporários sem qualquer vínculo empregatício com o banco, por meio de empresas que fornecem mão de obra terceirizada, para a realização de tarefas de técnico bancário.

Os empregados também discutiram sobre a criação de um programa de tratamento para dependentes químicos. Foram apresentados todos os pontos discutidos no último Conecef, como: a defesa da Caixa 100% pública, Nenhum direito a menos e saúde e condições de trabalho sem respostas do banco.

A Comissão Executiva da Caixa marcou uma reunião com o banco no dia 7 para apresentação de uma proposta. Os empregados esperam que a proposta seja apresentada para que seja avaliada junto com a proposta da Fenaban nas assembleias que serão realizadas em todo o país.